

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/38026	50310/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DECISÃO

Processo: 17470/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Avaliação Técnica, o projeto de arquitetura de alteração ao projeto aprovado reúne condições de aprovação nos termos acima indicados pelo que não se vê inconveniente na sua aprovação.

Que se notifique o requerente para apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/37828 de 19 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

O requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual

Despachos

- A 19/11/2025, _____, na qualidade de Chefe Divisão de Avaliação Técnica: "Subcrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 17470-2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-8971 DE 16/10/2025

REQUERENTE: URBS INVESTIMENTOS LDA

LOCAL DA OBRA: RUA DA BOAVISTA N.º 268,270 E 272, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRAGA (MAXIMINOS, SÉ E CIVIDADE)

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO

Rosana Ferreira _RF, Arq

19/11/2025

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. A entidade requerente, URBS INVESTIMENTOS LDA, através do requerimento registado com o n.º 2025-E-RE-8971 apresenta um pedido de alteração ao projeto inicial antes da emissão da licença, referente a **obras de edificação, reconstrução e ampliação de edifício existente de habitação multifamiliar**, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua da Boavista n.º 268, 270 e 272, União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 634/20080704, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 76 e sob o n.º 633/20080704, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 765 e sob o n.º 635/20080704, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 768.
- 1.2. Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está sujeita ao controlo prévio de licenciamento de obras de edificação por se enquadrar na alínea c) das obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor.

2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Projeto de arquitetura aprovado por Despacho n.º 2025-13928 em 17/09/2025.

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:

- 3.1. O pedido encontra-se instruído de acordo com a informação técnica emitida pela Divisão de Procedimentos Urbanísticos e 13/05/2025.

4. PARECERES INTERNOS E/OU ENTIDADES EXTERNAS

- 4.1. O presente pedido não carece de consulta a qualquer entidade ou divisão.

4. ENQUADRAMENTO

- 4.1. As alterações consubstanciam-se em:
 - Alteração das cotas dos pisos com diminuição da altura dos pisos (redução da cêrcea em 13,30m). O que garante maior articulação com os edifícios contíguos.
- 4.2. No que restante mantêm-se as restantes prescrições que motivaram o deferimento do projeto de arquitetura.
- 4.3. Não havendo nada a opor.



5. PROPOSTA DE DECISÃO:

- 5.1. Face ao atrás exposto, conclui-se que o projeto de arquitetura de alteração ao projeto aprovado reúne condições de aprovação nos termos acima indicados pelo que não se vê inconveniente na sua aprovação.
- 5.2. Que se notifique o requerente para apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

À consideração superior,



DECISÃO

Processo: 17470/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Avaliação Técnica, o projeto de arquitetura de alteração ao projeto aprovado reúne condições de aprovação nos termos acima indicados pelo que não se vê inconveniente na sua aprovação.

Que se notifique o requerente para apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/37828 de 19 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Aprovo o projeto de arquitetura apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

O requerente deverá apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual

Despachos

- A 19/11/2025,
Técnica: "Subcrevo"

na qualidade de Chefe Divisão de Avaliação

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 17470-2025

REGISTO DE ENTRADA: 2025-E-RE-8971 DE 16/10/2025

REQUERENTE: URBS INVESTIMENTOS LDA

LOCAL DA OBRA: RUA DA BOAVISTA N.º 268,270 E 272, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRAGA (MAXIMINOS, SÉ E CIVIDADE)

ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE OBRAS DE EDIFICAÇÃO

Rosana Ferreira _RF, Arq

19/11/2025

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. A entidade requerente, URBS INVESTIMENTOS LDA, através do requerimento registado com o n.º 2025-E-RE-8971 apresenta um pedido de alteração ao projeto inicial antes da emissão da licença, referente a **obras de edificação, reconstrução e ampliação de edifício existente de habitação multifamiliar**, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua da Boavista n.º 268, 270 e 272, União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 634/20080704, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 76 e sob o n.º 633/20080704, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 765 e sob o n.º 635/20080704, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 768.
- 1.2. Nos termos do disposto no n.º 2 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a presente operação urbanística está sujeita ao controlo prévio de licenciamento de obras de edificação por se enquadrar na alínea c) das obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor.

2. ANTECEDENTES:

- 2.1. Projeto de arquitetura aprovado por Despacho n.º 2025-13928 em 17/09/2025.

3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:

- 3.1. O pedido encontra-se instruído de acordo com a informação técnica emitida pela Divisão de Procedimentos Urbanísticos e 13/05/2025.

4. PARECERES INTERNOS E/OU ENTIDADES EXTERNAS

- 4.1. O presente pedido não carece de consulta a qualquer entidade ou divisão.

4. ENQUADRAMENTO

- 4.1. As alterações consubstanciam-se em:
 - Alteração das cotas dos pisos com diminuição da altura dos pisos (redução da cêrcea em 13,30m). O que garante maior articulação com os edifícios contíguos.
- 4.2. No que restante mantêm-se as restantes prescrições que motivaram o deferimento do projeto de arquitetura.
- 4.3. Não havendo nada a opor.



5. PROPOSTA DE DECISÃO:

- 5.1. Face ao atrás exposto, conclui-se que o projeto de arquitetura de alteração ao projeto aprovado reúne condições de aprovação nos termos acima indicados pelo que não se vê inconveniente na sua aprovação.
- 5.2. Que se notifique o requerente para apresentar os projetos de especialidades de acordo com o n.º 18 do Capítulo III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro no prazo de seis (6) meses a contar da data da presente notificação, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, conforme o disposto no n.º 4 e n.º 6 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

À consideração superior,

